

SUBIMPERIALISMO E PARTICULARIDADE BRASILEIRA: A PERSPECTIVA DE RUY MAURO MARINI

EPITÁCIO MACÁRIO
NATAN DOS SANTOS JÚNIOR

RESUMO: Este artigo discute o conceito de subimperialismo formulado por Ruy Mauro Marini sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência. O ensaísta demonstra que na particularidade brasileira a acumulação de capital põe e repõe, continuamente, a superexploração do trabalho e a segmentação do mercado interno, o que condiciona um avanço de capitais acumulados no Brasil sobre outras nações periféricas, tornando o País uma potência subimperialista, ainda que dependente.



Palavras-chave: Subimperialismo, Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini.

SUBIMPERIALISM AND SPECIFICITY BRAZILIAN: THE PERSPECTIVE OF RUY MAURO MARINI

ABSTRACT: This article discuss the concept of sub-imperialism developed by Ruy Mauro Marini formulated on perspective of Marxist Theory of Dependency. The essayist shows the specificity of the capital accumulation brazilian and how this phenomenon sets and resets continually the overexploitation of labor and the segmentation of the internal market, conditioning an growth of capitals accumulated in Brazil in relation to the other peripheral nations, making this country a sub-imperialist power, even that dependent of global superpowers.

EPITÁCIO MACÁRIO

Professor de
Economia Política da
UECE.

NATAN DOS SANTOS JÚNIOR:

Cientista Social pela
UECE.

Keywords: Subimperialism, Marxist Theory of Dependency, Ruy Mauro Marini.

1 INTRODUÇÃO: A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

O debate sobre a categoria da particularidade e as diversas tentativas de aplicação à formação do capitalismo no Brasil alçaram o pensamento marxista nacional a um patamar mais elevado, ao contribuir para a apreensão dos traços nodais que estruturaram as relações de classe no País e suas inter-relações com o capital e o mercado mundiais. Por esta via, evidenciou-se que a revolução burguesa aqui realizada, cujos impulsos decisivos se puseram por ocasião da crise do modelo agroexportador na década de 1930, esteou-se na combinação de setores essencialmente capitalistas – a indústria, por exemplo, e os serviços que a acompanham – e o setor agroexportador, fundado em relações não capitalistas; ambos, orientados pelas demandas e dinâmicas do mercado externo.¹

Respondendo a imperativos reais como, por exemplo, o fato de os fundos acumulados nas atividades agroexportadoras financiarem boa parte dos investimentos industriais nos primórdios da industrialização e mesmo no evolver da década de 1930 e posteriores, a composição de interesses urdida no âmbito mesmo do processo de produção e acumulação de capital tinha de se expressar no plano político e ideológico como um amanhado conflituoso que, não podendo destruir a propriedade fundiária e o conjunto de relações que a sustentavam, enveredou pelo caminho da conciliação pelo alto, sem a incorporação das classes subalternas. No interior do amálgama dominante, se a hegemonia era desempenhada pelas frações burguesas mais avançadas (ligadas à indústria e aos serviços que a acompanham), ela se dava, entretanto, condicionada às exigências de manutenção da forma de propriedade rural e da participação de suas personificações na estrutura do poder e na partilha dos ganhos da expansão do sistema (OLIVEIRA, 2003, p. 65). Elidindo outras consequências, frise-se apenas que, no âmbito de tal composição, o novo pagará alto preço ao velho na medida em que “(...) a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modelo

1 Esta caracterização é devedora das seminais formulações teóricas de Oliveira (2003) sobre a revolução burguesa e acumulação de capital no Brasil.

de ‘acumulação primitiva’ extremamente adequado para a expansão global” (OLIVEIRA, 2003, p. 65).

Urdida dessa maneira, a modernidade capitalista brasileira diferenciava-se dos casos clássicos e inseria-se no gênero das transições de “via prussiana” (Lênin) ou de “revolução passiva” (Gramsci) sob as seguintes características gerais: as novas relações econômicas se põem sem destruir as estruturas arcaicas; os frutos da expansão do sistema não resultam em incorporação e melhoria da vida das massas trabalhadoras; as transformações se processam na forma de transações transadas entre classes e estratos dominantes – repondo, portanto, a exclusão das classes subalternas das esferas de decisão política. É assim mesmo que pensa Carlos Nelson Coutinho, para quem todas as principais transformações direta ou indiretamente vinculadas à transição para o capitalismo no Brasil – da independência e proclamação da república, passando pela abolição da escravatura e pelas mudanças no bloco no poder em 1930 e 1937, até a ditadura militar que ingressou o País na era do monopólio e do capital financeiro – foram respostas conciliadas pelo alto, que nunca esconderam a intenção de “manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais ‘de baixo” (COUTINHO, 2011, p. 46).

A captura e expressão teórica das características gerais acima referidas é já um progresso do conhecimento, tanto por estabelecer as diferenças básicas da via prussiana em relação à forma clássica de formação da modernidade capitalista – na qual as leis do moderno capital se realizam em sua pureza e completude – quanto por acenar para as formas de mediação (particularidade) pelas quais as leis gerais (os universais) do capitalismo se realizam no conflito de classes estabelecido no plano doméstico.² Os progressos da abordagem, todavia, carecem e exigem maior aproximação

2 Cf. Lukács (1978, p. 106): “A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, *em si*, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediticidade são postas à luz”.

ao caso brasileiro com o fim de apreender os esteios mais palpáveis da nossa formação e os nexos que os articulam com o capital moderno em escala mundial.

Nessa direção, os achados de J. Chasin estabelecem um novo patamar, mais rico e nuançado, do conhecimento da particularidade brasileira. Admitindo que as características gerais da via prussiana marcaram a transição brasileira, o autor empreende vigoroso esforço teórico na busca dos pontos nodais da nossa formação que a diferenciam, substantivamente, dos casos de via prussiana alemão, japonês e italiano. Apenas para ilustrar, invocamos a profícua distinção que ele estabelece entre Brasil e Alemanha, diferenciação que remete ao tempo histórico e ao ritmo da transição alemã, por exemplo, que lhe permitiram desenvolver as forças produtivas pelo incremento da indústria doméstica e alçar-se ao nível dos monopólios, o que colocou o país na condição de potência imperialista no alvorecer do século XX. A industrialização brasileira, por seu turno, se impôs como momento predominante da dinâmica local numa quadra histórica já dominada pelo monopólio e na idade avançada do imperialismo; é hipertardia, evoluindo em ritmo lento e indeciso, ao estilo *stop and go*, e amplamente subordinada ao capital imperialista internacional. Na Alemanha, a grande propriedade fundiária era de origem genuinamente feudal inserida na realidade europeia, forma e contexto que, pensamos, fizeram-na mais permeável às relações capitalistas. O latifúndio brasileiro fora instituído no quadro da economia mercantil pela empresa colonial, mantendo sua estrutura, relações e funções originárias mesmo depois do avanço da indústria.

A par destas e de outras especificidades das quais não podemos tratar aqui, Chasin sugere a existência de duas vias não clássicas de transição capitalista:

[...] a forma particular do *caminho prussiano*, e um outro particular, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada), de extração colonial. De maneira que ficam distinguidos, neste *universal das formas não-clássicas*, duas formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao atraso, *dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um *velho* que não é nem se põe como o mesmo (CHASIN, 2000, p. 45).

Ora, se Marx denunciara as péssimas condições dos trabalhadores alemães, sobre os quais recaíam as misérias introduzidas pela indústria capitalista e as misérias herdadas, “decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados” (MARX, 1983, p. 12), que dizer das realidades sociais engendradas pelo *capital atrofico, incompleto e incompletável da via colonial*? Para Chasin, as misérias materiais e espirituais aqui engendradas são muito maiores e profundas, não podendo ser equacionadas no curso da evolução nacional, pois esta é desprovida de centro organizador próprio que possa projetar e realizar a integração de suas categorias sociais – “a não ser sob a forma direta da própria exclusão do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais” (CHASIN, 2000, p. 221). Também sob esse aspecto, achamos que a particularidade brasileira afasta-se, na sua aviltante regressividade, da formação alemã.

Estabelecidas assim, em traços gerais, a gênese e caracterização da transição brasileira como via colonial, voltamo-nos agora para o manejo e apresentação das instigantes formulações do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini. Integrante do debate indicado, o autor compreende que a *cooperação antagônica*³ selada entre burguesia industrial e proprietários fundiários irá marcar a particularidade brasileira, resultando na superexploração do trabalho e na cisão entre grande massa populacional com nenhum ou baixíssimo poder de consumo e uma pequena parcela do povo com alto poder de compra. Já por este motivo, o mercado interno opõe óbices à realização – pelo consumo! – de parte dos capitais investidos nos setores mais dinâmicos da economia local – exatamente os de produção de bens duráveis e suntuários. Ora, no momento em que a particularidade brasileira, mesmo em sua

3 Conceito elaborado pelo marxista alemão August Thalheimer para caracterizar a acomodação das rivalidades intercapitalistas ao invés do confronto aberto, no pós II Guerra, é apropriado por Marini para caracterizar emergência de subcentros econômicos na divisão internacional do trabalho e a relação destes com os centros imperialistas, bem como caracterizar as contradições internas das frações burguesas no estudo do Brasil (Ver LUCE, 2011, p. 63-64).

natureza dependente, alcança o estágio do monopólio e das finanças, a contradição retrocitada será encaminhada pela investida do capital e do Estado Nacional sobre o território de outras nações de menor industrialização. É assim que se engendra o subimperialismo brasileiro.

Deslindar as categorias de Marini e sua articulação interna constitui, pois, esforço necessário no processo de aproximação à realidade brasileira, necessidade cada vez mais premente não pela ilusória busca de respostas prontas, mas pelo tamanho da tarefa da crítica em face das contradições que, hoje mais que na época de Marini, dilaceram a sociedade brasileira.

2 DEPENDÊNCIA, TROCAS DESIGUAIS E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Duas formulações marcaram fortemente o debate acadêmico e político acerca dos problemas enfrentados pelas nações latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, mormente no que respeita ao nível de desenvolvimento industrial e tecnológico, às profundas desigualdades sociais e aos dilemas da democracia. Esteando-se em orientações teóricas, metodológicas e ideológicas diferentes, a teoria do desenvolvimento e a teoria da dependência chegariam a resultados explicativos e orientações políticas muito diversas, embora todas se voltassem sobre o mesmo conjunto de questões.

A Teoria do Desenvolvimento (TD) pretendia compreender e explicar as razões das desigualdades econômicas, sociais e políticas que marcavam as relações entre periferias e centros avançados do capitalismo moderno – desigualdade que geravam a subordinação daquelas a estes. O horizonte de sentido de tais formulações cingia-se ao objetivo de criar as condições de superação da subordinação estrutural por meio do desenvolvimento doméstico, colocando os países periféricos em situação favorável em face dos países centrais. Pretendiam, pois, elevar as periferias ao estatuto de sociedades modernas e racionais, tendo como parâmetro as sociedades europeias e norte-americanas.

A teoria desenvolvimentista pressupunha uma concepção de desenvolvimento como *continuum* evolutivo em cuja escala os países centrais (de formação clássica e prussiana) ocupavam o topo e as periferias (inclusive as de via colonial) situavam-se em degraus inferiores, dado o fato de as atividades ali desenvolvidas não terem ainda ultrapassado o caráter tradicional e/ou primitivo. Em face disso, essa teoria laborava com as denominações *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* para expressar os diferentes níveis em que se encontravam as nações, diferenciação de natureza essencialmente quantitativa pois dizia respeito ao grau de industrialização dos países. O “atraso” dos países periféricos, como o Brasil e demais nações latino-americanas, era tributado à sua indústria incipiente.

As formulações teóricas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da época, são amplamente devedoras dessa concepção desenvolvimentista, inclusive naquilo que representou um olhar crítico sobre a troca entre economias centrais e periféricas. A esse respeito, afirmava que as desigualdades de níveis de desenvolvimento faziam com que as economias periféricas exportassem matérias-primas e produtos primários e importassem produtos industrializados de alto valor agregado. Essa troca desigual conduzia, irremediavelmente, à drenagem de grande parte da renda líquida das economias periféricas para as economias desenvolvidas, reproduzindo, pois, o histórico atraso das primeiras em relação às segundas. As soluções apontadas apregoavam a necessidade de esforços voltados para o desenvolvimento industrial das periferias que resultariam na instauração de relações econômicas e sócio-políticas modernas internamente e na substantiva melhoria da inserção desses países no mercado mundial.

As elaborações dos Partidos Comunistas latino-americanos, embora fincadas em vertente teórico-ideológica diversa,⁴ focavam

4 Os Partidos Comunistas eram filiados à III Internacional, ou Internacional Comunista, organização internacional fundada por Vladimir Lênin e pelo PCUS (bolchevique), em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de todo mundo. Foi dissolvida por Stálin em 1943.

sua análise nos entraves que impediam o pleno desenvolvimento do capitalismo industrial e das relações econômicas e sócio-políticas que selam a modernidade. Nessa linha de raciocínio, o Partido Comunista Brasileiro (PCB),⁵ por exemplo, identificava como principais obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo moderno no Brasil a estrutura agrária de caráter feudal e o imperialismo – problemas estruturais que deveriam ser resolvidos em escala nacional para que se criassem as condições da revolução socialista. Consequentemente, a luta a ser travada imediatamente era pela conclusão da revolução democrático-burguesa que restara incompleta em nosso País. À luz dessa compreensão, a principal força de esquerda brasileira da época orientou a aliança do movimento dos trabalhadores com os setores da burguesia nacional propensos ao progresso econômico que criticavam a dependência e subordinação do País ao imperialismo.⁶ Por vias diferentes, comunistas e cepalinos confluíram quanto à orientação política básica.

A Teoria da Dependência, por seu turno, surgiu na América Latina na segunda metade dos anos 1960 e procurou responder teoricamente as contradições e desafios dos países latino-americanos, sobretudo em relação às novas configurações do desenvolvimento dependente que vigorava nestes países. Tratou-se de uma vigorosa crítica à ideologia nacional-desenvolvimentista – amplamente amparada nas formulações teóricas da CEPAL – e à teoria da modernização sustentada pelo PCB, que mirava para a particularidade das formações capitalistas da América Latina (AL). Esta vertente representa, pois,

(...) esforço crítico para compreender a limitação de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (DOS SANTOS, 1998, p. 11).

5 Fundado em 1922, é o partido mais antigo em atividade no Brasil, e tem como principais referências ideológicas Marx, Engels e Lênin.

6 Ver a respeito o artigo de Costa: *Os descaminhos da revolução brasileira*.

A massiva entrada de capital estrangeiro, em especial norte-americano, na região (AL) provocou a integração das economias locais e a associação das frações burguesas latino-americanas ao imperialismo, processo intensificado principalmente a partir da II Guerra Mundial. Isso estimulou a industrialização das economias locais, ao passo que repôs sobre novas bases as relações de dependência que marcaram a gênese das formações sociais e econômicas da região. Já aqui é possível encontrar a interpenetração do novo e do velho, conforme assinalado na introdução, pois ao desenvolvimento do capital moderno reproduz, sob nova forma, a dependência – tida como “(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2005, p. 141).

Na obra *Dialética da Dependência*, publicada em 1972, Marini faz uso rigoroso do método e da lei do valor de Marx para explicar as principais tendências ou leis regentes da forma de ser e se mover das formações capitalistas latino-americanas. Ele analisa o que há de universal e o que há de particular no capitalismo latino-americano em relação ao capitalismo clássico e, por esta via, descarta as perspectivas do desenvolvimento linear e critica fortemente a ideia de “insuficiência de capitalismo” e de sua transformação por etapas. O ensaio de Marini traz à luz ricos elementos para pensar o capitalismo *sui generis* no Brasil e na América Latina. Exploremos alguns desses elementos.

A independência formal dos países latino-americanos coincidiu com o aprofundamento da Revolução Industrial nos países centrais, onde os primeiros foram incorporados de forma dependente à nascente divisão internacional do trabalho. Segundo Marini, foi a subordinação latino-americana que possibilitou a Revolução Industrial nos países europeus, já que estes necessitavam assegurar uma ampla oferta de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria, podendo, dessa forma, se especializar na produção de bens manufaturados, liberando cada vez mais trabalhadores do campo para a cidade. A ampla oferta de gêneros alimentícios a baixo preço advinda dos países latino-americanos

para os países centrais possibilitou a desvalorização dos bens-salários (bens necessários à reprodução da força de trabalho) dos operários europeus, já que diminuía o tempo de trabalho necessário para repor os gastos com salários e aumentava o tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia. Em outras palavras, foi a situação de dependência e especialização na exportação de bens primários dos países da periferia que possibilitou o deslocamento do eixo de acumulação do capitalismo mundial, passando para uma extração de mais-valia relativa, o que caracterizaria de forma plena o modo de produção capitalista.

Além dos gêneros alimentícios que incidem no barateamento do capital variável,⁷ os países latino-americanos exportavam também matérias-primas industriais em abundância, o que contribuiu para baratear também os gastos com capital constante,⁸ servindo, dessa forma, como mecanismo de contra tendência à lei tendencial da queda das taxas de lucro, já apontada por Marx.

Marini observa que o próprio desenvolvimento do capitalismo aplica a lei do valor plenamente nas trocas entre produtos de uma mesma esfera de produção, mas cria formas de burlá-la em relação às trocas entre mercadorias de esferas produtivas diferentes (bens industriais e bens primários, por exemplo), o que tem implicações para as trocas realizadas entre países em diferentes níveis de industrialização. Com efeito, os países industrializados produzem sob condições técnicas desconhecidas das nações não industrializadas, permitindo aos primeiros imporem preços aos seus produtos acima dos preços de produção – o que Marini denomina de *trocas desiguais*. Nas trocas internacionais ocorre, assim, uma transferência sem equivalente de valor das nações periféricas em

7 “A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável.” (MARX, 1983, p. 171).

8 “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante.” (MARX, 1983, p. 171).

favor dos países centrais. Na medida em que esse valor transferido não é mais do que parte da massa de mais-valia gerada nos países dependentes, as taxas de lucratividade destes capitais domésticos tendem a cair em favor de incrementos da mesma taxa de lucros nos países industriais.

Ora, na medida em que as economias latino-americanas dependem da dinâmica externa, resta-lhes encontrar mecanismos, no plano da produção interna, que compensem as perdas ocasionadas pelas trocas desiguais. Em face desse imperativo, procura-se aumentar a fluxo de exportações como meio de inflar a massa de valor realizado e impõem-se padrões de exploração da força de trabalho muito mais severos do que é costume nos países centrais. Eis como Marini descobre uma dos fundamentos da acumulação de capital nos países dependentes: a *superexploração do trabalho*, que combina *intensificação e aumento das jornadas* com a pura e simples *remuneração abaixo do valor real da força de trabalho*. Claro fica, portanto, que a *superexploração do trabalho* constitui uma condição particular pela qual os países dependentes não apenas buscam compensar as perdas de renda (no fundo, perdas de mais-valia) em face das trocas desiguais, mas, fundamentalmente, se entificam como economias capitalistas condicionadas às relações de dependência para com os centros industrializados. Dependência, trocas desiguais e *superexploração do trabalho* são relações que se necessitam na particularidade das economias periféricas.

Nos países dependentes, a realização de grande parte das mercadorias produzidas não depende da demanda interna, mas se dá externamente por meio do comércio exterior. Do ponto de vista da valorização do valor, esta situação abre possibilidades inéditas de compressão dos salários e de restrição do mercado interno, que apresenta duas estruturas contrapostas: de um lado a esfera baixa composta pelas massas populacionais que demandam produtos internos e, de outro, a esfera alta que se restringe a uma pequena minoria do contingente populacional cuja parte substantiva do consumo é atendida pelas importações. Estas esferas vertebram o mercado interno e trazem graves implicações para a formação do moderno capitalismo nos países dependentes, dentre elas o fato

de a reprodução do capital investido nos setores mais dinâmicos (bens duráveis e suntuosos) não depender do consumo das massas trabalhadoras. E aqui reside uma razão do capitalismo dependente brasileiro, pelo menos no período analisado por Marini, não carecer da incorporação de amplas massas populacionais no consumo, o que exigiria não apenas a generalização do salariedade, mas também e fundamentalmente, a melhoria dos índices de remuneração da força de trabalho.

A rigor, o que Marini demonstra é o fato de que, na sua origem, a indústria nos países latino-americanos não engendra sua própria demanda porque se aproveita da demanda pré-existente, aquela que no modelo agroexportador era atendida via importação de bens manufaturados. Dadas estas condições genéticas – e, talvez, estruturais! – as mercadorias produzidas pela indústria moderna não entram na composição dos bens-salários, porquanto o consumo popular continua insignificante e os capitais investidos nos setores mais dinâmicos da economia doméstica se realizam independente das condições salariais.⁹ É o próprio autor quem sintetiza a interdependência das variáveis em análise ao afirmar que

[...] a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2005, p. 171).

Isto irá condicionar um retardo de duas décadas para que a demanda e a oferta de produtos industriais se igualem, nos

9 É preciso destacar que Marini está analisando a formação do capitalismo latino-americano, e se refere, em especial, à década de 1950. Duas décadas depois, quando se forma um mercado financeiro moderno e o crédito ao consumidor é expandido essas estruturas tendem a sofrer alterações. A partir da primeira década do novo milênio, em especial, o quadro do mercado interno alterou-se de forma pronunciada rompendo(?) ou repondo(?) as contradições analisadas por Marini.

anos de 1950, e colocassem o problema da expansão do mercado consumidor na ordem do dia. Somente então se inicia uma transição difícil e lenta na qual a incorporação de tecnologia estrangeira joga papel decisivo. Parte dos produtos manufaturados que vinham de fora passaram a ser produzidos internamente e as importações se deslocaram, preferencialmente, para os bens de capital, maquinário e outras tecnologias que se encontravam sob o poder de grandes corporações imperialistas uma década após o fim da II Guerra. Foi esse aparato tecnológico-industrial – superacumulado e já ultrapassado nos países do centro – que transferiu-se em peso para as principais economias latino-americanas (Brasil, México, Argentina, Chile), sob a batuta do Estado que investiu pesado em infraestrutura utilizando das “burras cheias” de dólares captados em empréstimos junto aos bancos internacionais.

A industrialização assim realizada resultou no incremento da dívida externa latino-americana e rearticulou a divisão internacional do trabalho de modo que coube aos países dependentes o aproveitamento de tecnologias ultrapassadas, enquanto os setores de ponta continuaram como monopólios dos países centrais. Ora, na medida em que as novas tecnologias não eram ligadas à produção de bens de consumo popular – não requerendo, portanto, a incorporação da massa marginal na esfera do consumo nem tão pouco a elevação do poder de compra dos trabalhadores –, o aumento de produtividade que elas ensejaram nos países dependentes pôde conviver com a *superexploração do trabalho* e com a exclusão massiva da população da esfera do consumo. Os ricos mananciais de matérias-primas, abundante mão de obra disponível, baixos salários e controle despótico sobre os trabalhadores tornavam as regiões periféricas lugares atrativos para o investimento estrangeiro e criava contradições novas.

Os choques ocasionados pelo aumento da produção de bens duráveis e suntuosos, de um lado, e, de outro, a manutenção das restrições do mercado interno resultaram numa *crise de realização* que atingiu os setores mais dinâmicos da economia doméstica nos anos 1960 e conduziu ao fim do “milagre brasileiro”, em 1973. A solução veio na forma de forte interferência estatal com subsídios aos produtores, crédito para a esfera alta do consumo, incremento

da inflação e imposição de taxas escorchantes de exploração sobre os assalariados, asseguradas à custa da repressão que se abateu sobre lideranças sindicais, populares e partidárias. A ditadura militar brasileira criou, assim, as condições estruturais para o progresso do capital monopolista, a expensas dos setores tradicionais voltados para o consumo popular, que estagnaram ou regrediram. Para os países que atingiram tal nível de desenvolvimento da produção industrial nas condições assinaladas, como o Brasil, não restou outra saída senão exportar parte do capital e dos produtos industriais acumulados internamente para outros países da região, o que exigiu ações decididas do Estado brasileiro, dando origem ao que Ruy Mauro Marini chamou de *subimperialismo do Brasil* atuante na América Latina.

3 O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

Para explicar o processo histórico que originou o subimperialismo brasileiro, Marini faz uma importante análise sobre a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Enquanto em *Dialética da dependência* o autor labora com um nível de abstração mais elevado, em *Subdesenvolvimento e Revolução* e *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* a particularidade brasileira ganha mais destaque, o que nos possibilita, inclusive, entender por que na opinião de Marini “independiente de los esfuerzos de Argentina y outros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, em Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza.” (MARINI, 1977, p. 17).

Para o autor, o subimperialismo “corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial [...] e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro” (MARINI, 2012, p. 410). O Brasil atinge estas condições, como já assinalado, no interregno que se estende de meados dos anos 1950 até a primeira década da ditadura militar, quando, de fato, o País completa um importante ciclo desenvolvimentista amparado na acolhida de capitais externos. Doravante, impôs-se a necessidade

de deslocamento de produtos industrializados e capitais acumulados internamente para países vizinhos de menor industrialização - o que exigiria uma agenda política empunhada pelo Estado brasileiro no sentido de assegurar tais deslocamentos de capitais. O subimperialismo deve ser entendido, pois, como um fenômeno de ordem econômica e política simultaneamente. Como se originou este fenômeno e que leis governam seu movimento?

A exemplo do que ocorreria no restante da América Latina, no Brasil as primeiras indústrias surgem no século XIX como atividades complementares à economia de exportação baseada na produção de bens primários, particularmente o café - e, como já afirmamos, financiadas com capitais acumulados pelos fazendeiros. A desorganização do comércio internacional ocasionada pela I Guerra Mundial (1914-1918) criou as condições históricas para um surto industrial no Brasil impulsionado pela necessidade de substituir as importações de produtos manufaturados por uma produção local. Esses fatos tornaram a sociedade brasileira muito mais complexa ao implicar na expansão do proletariado urbano e no surgimento de importantes segmentos médios, ambos desejosos de participação na vida política nacional. As forças políticas eram, agora, mais numerosas e nuançadas e intervinham de forma importante no conflito que se desenrolava entre as frações da burguesia industrial e os senhores da terra.

Nesse contexto, a segunda década do século XX foi palco de importantes transformações que convulsionaram a vida nacional ao questionarem o poder dos tradicionais grupos ligados à exportação de bens primários. Essa crise interna que se arrasta ao longo da década atingirá seu ápice na conjuntura da crise sistêmica que abalou o mundo capitalista em 1929. Com efeito, no bojo das transformações que derruíram relações comerciais internacionais - por causa da crise e dos preparativos da II Guerra -, os investidores locais se viram frente a um impasse: nem conseguiam vender seus produtos - o café principalmente - no mercado externo, tão pouco podiam importar os bens manufaturados demandados internamente. A resolução do impasse se deu pela imposição da burguesia como classe dominante e hegemônica no lastro da Revolução de 1930 e da ditadura instaurada em 1937 sob o nome de Estado

Novo, acontecimentos que marcam a transição da sociedade agrário-exportadora para a sociedade urbano-industrial. Essa transição se deu, entretanto, nos marcos do compromisso selado entre as esferas dominantes: a burguesia hegemônica e os proprietários fundiários.

O conjunto das transformações que selaram a transição foi objeto de importante discussão perpetrada por Ruy Mauro Marini que buscou esclarecer equívocos que marcaram as análises no campo da esquerda nacional. Talvez o equívoco mais decisivo tenha sido o de considerar que a transição brasileira para a sociabilidade burguesa industrial não se completara, carecendo ainda, nas décadas posteriores aos anos 1930, da realização de uma autêntica revolução democrático-burguesa nos moldes do que acontecera em países clássicos como a Inglaterra e a França. Como já mencionado, este equívoco na esfera do entendimento resultou em gravosos olvides na esfera política como a defesa feita pelo PCB de aliança dos trabalhadores com a burguesia com o fim de completar a revolução democrático-burguesa. Marini criticou arduamente esta perspectiva, defendendo que, no Brasil, a revolução burguesa se punha de forma particular, articulada pelo alto e de forma pactuada entre a nascente burguesia industrial e as antigas oligarquias dominantes ligadas ao latifúndio exportador. E seu desdobramento ulterior se fez de modo a reproduzir sempre a acomodação das novas relações sociais e de trabalho forjadas pela indústria com as arcaicas relações de trabalho e propriedade que em tudo indicavam, de fato, resquícios feudais.

Essa articulação de base expressou-se na esfera da política sob a forma de pactos que, no que pesem as diatribes internas, sempre conseguiram manter os interesses aparentemente contraditórios dos velhos e novos senhores do trabalho (os latifundiários e a burguesia industrial) à expensas da participação das massas trabalhadoras. As alianças políticas que secularmente se apropriam do Estado brasileiro não podiam ser explicadas unicamente na esfera da política – nem no período de transição, nem hoje. Com efeito, a condição de possibilidade da aliança é dada graças a complementariedade que existia, e existe ainda hoje, entre indústria e latifúndio. Nas palavras do autor,

É esse mecanismo que explica a possibilidade de um pacto em benefício mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente, a despeito de alguns eventuais desajustes em suas relações. O Estado que assim se estabelece é um Estado de compromisso, que reflete a complementariedade objetiva que cimenta suas relações (MARINI, 2012, p. 56).

A relação de complementariedade existente entre indústria e latifúndio não significou, porém, a ausência de conflitos de interesses no interior da aliança. Essas contradições se manifestaram diversas vezes, por exemplo nas disputas em torno das taxas de câmbio, porém ficaram submetidas sempre aos limites estabelecidos pelo pacto, caracterizando um processo de unidade do diverso ou, nas palavras de Marini, *cooperação antagônica*. Segundo o autor, esses “conflitos interburgueses se manifestaram numa instabilidade superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder.” (MARINI, 2012, p. 57).

O compromisso político de 37 durará até o início dos anos 50, quando, finalmente, suas bases acabam ruindo, o que Marini chamou de primeira fissura na coalizão dominante ou de *cisão vertical* (MARINI, 2012, p. 75). Nessa época manifesta-se a *crise do setor externo*, quando os preços dos produtos agrícolas exportáveis caem a tal ponto, fruto da *deterioração dos termos de troca*, que já não é mais possível financiar a expansão da indústria. Outro ponto de tensão, consequência do anterior, é a disputa do fundo público, cada vez mais minguado por conta da queda das exportações, que o segundo governo Vargas deseja pôr à disposição da industrialização nacional. Além disso, a expansão da produção industrial das décadas passadas colocava para a burguesia a necessidade de aumentar seu mercado consumidor, restringido, entre outros motivos, pela estrutura agrária altamente concentrada.

Estava posto na ordem do dia para a burguesia industrial o objetivo de avançar para uma segunda etapa da industrialização, passando à implementação de uma indústria de base e intermediária. O advento da industrialização pesada, puxada pela produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, acirrou ainda mais a cisão entre a esfera baixa e esfera alta do consumo que caracteriza os países dependentes. A crise é contornada, mas não resolvida, com a entrada massiva do capital estrangeiro no País

em associação com setores da burguesia local, que contribuiu para alavancar o nível tecnológico e a produtividade do trabalho.

A estrutura agrária pouco produtiva e com investimentos praticamente exclusivos para a produção de bens primários voltados à exportação fazia com que a produção de alimentos fosse secundarizada e não atendesse a demanda das cidades, o que acarretava desabastecimento, alta dos preços e do custo de vida e contribuía para a radicalização do movimento sindical. Soma-se à problemática do campo uma nova crise do setor externo, com a queda dos preços dos produtos agrícolas exportados, o conseqüente déficit da balança comercial e a pressão dos grupos estrangeiros para exportar seus lucros investidos diretamente na produção. Junto a isso tudo, um elemento que se em 54 pôde ser neutralizado, nos anos 60 ganha uma autonomia e poder de mobilização sem precedentes: movimento sindical e camponês. É o que Marini chamou de ruptura *horizontal* (MARINI, 2012, p. 86).

A burguesia industrial não-associada precisava se apoiar no movimento dos trabalhadores para fazer frente ao latifúndio e ao grande capital nacional e estrangeiro, mas ao mesmo tempo ela também era beneficiada com a superexploração da força de trabalho que caracteriza a situação de dependência dos países latino-americanos. Essa questão de fundo não poderia ser questionada, pois era a base da própria produção de riquezas no País. A incapacidade de encontrar uma resolução para o conflito, dentro dos marcos estabelecidos anteriormente, levou à ditadura tecnocrática-militar.¹⁰

O golpe de 1964 que originou a ditadura tecnocrático-militar, nas palavras de Marini, provou concretamente a falsidade da tese do desenvolvimento capitalista autônomo, confirmando o caráter da burguesia brasileira como sócia subordinada ao imperialismo. Provou também o retundo fracasso da política de colaboração de classe empunhada pela esquerda, tendo à frente o PCB.

10 Expressão de Marini para destacar que o golpe de 64 não foi obra apenas de uma quartelada militar; ao contrário, para o seu sucesso contribuiu um complexo jogo de interesses internos e externos ao País, cujo objetivo era garantir o ingresso do Brasil em uma nova etapa de seu desenvolvimento econômico e uma estratégia contrarrevolucionária para o continente.

A tarefa de tais regimes é dupla: por um lado, promover os ajustes necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado, reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas. [...] tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico – os Estados Unidos –, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados (MARINI, 2012, p. 65).

Vê-se que o autor encontra as razões do golpe nas condições internas do País, na dinâmica econômica e social e na luta de classes. A ditadura tecnocrático-militar (MARINI, 2012, p. 65) foi um recurso que pôde reunificar as diversas frações da classe dominante, restabelecendo a cooperação-antagônica, mantendo a superexploração da força de trabalho, base incontestável do capitalismo dependente, aprofundando a associação com capitais estrangeiros e beneficiando o grande capital monopolista. O golpe militar representou, também, a impossibilidade de resolução da *incapacidade de realização do capital* pela ampliação do consumo popular, o que de fato era posto pelo programa de reformas empunhado por João Goulart – pois esta saída entraria em choque com a própria premissa das economias dependentes: a superexploração do trabalho.

A saída foi, então, desdobrar a circulação das mercadorias para o exterior pelo domínio de mercados no continente latino-americano e africano – ações que repuseram a unidade entre produção e circulação. Além disso, o subimperialismo brasileiro constituiu elemento ativo da estratégia estadunidense de contenção das lutas dos povos latino-americanos, em um contexto de Guerra Fria e de combate à influência da então recente Revolução Cubana no continente. Ou seja, o subimperialismo brasileiro é parte da estratégia de estabilização e alinhamento da região aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a tese do subimperialismo brasileiro tem sido resgatada por diversos pesquisadores, o que mostra a força e atualidade das formulações de Marini. O que tem levado, porém, à redescoberta deste conceito e a consequente ruptura do silêncio em torno da obra de Marini? A própria dinâmica da realidade nacional. A intensificação da exportação de capitais de multinacionais de origem brasileira para países da América Latina e África na última década, bem como os conflitos que algumas destas empresas têm protagonizado com governos locais destes países,¹¹ tem levado muitos pesquisadores a refletirem sobre o caráter da expansão econômica e política brasileira atual sobre a região. No entanto, algumas questões, a título de exemplo, se colocam para o debate: dada a expansão do trabalho precário em todo o mundo, fruto da reestruturação produtiva e crise do capital, é possível ainda afirmar que a superexploração do trabalho é um traço exclusivo e estrutural dos países dependentes? É possível afirmar que existe hoje no Brasil uma crise de realização do mercado interno, ou a expansão do consumo popular, via aumento do crédito e endividamento das famílias é uma realidade insustentável a longo prazo?

Essas novas utilizações do conceito de Marini e polêmicas que tem provocado demonstram como suas formulações permanecem vivas e provocantes. Perscrutar a realidade atual, tal como fez Marini sob as luzes do método e da teoria marxista, é tarefa urgente e necessária para os movimentos sociais e sindicais, os partidos de esquerda e as pessoas que pretendem conhecer o mundo para transformá-lo.

11 Como as denúncias de violação dos direitos trabalhistas que pesam contra a Vale na África e Ásia (ver <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=789>>); denúncias contra a Petrobrás na Bolívia no caso da nacionalização dos hidrocarbonetos daquele país (<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108141.shtml>>), para citar alguns exemplos.

REFERÊNCIAS

CHASIN, J. **A miséria brasileira** - 1964-1994: do golpe militar à crise social. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

COSTA, R. G. R. **Os descaminhos da revolução brasileira: o PCB e a construção da estratégia nacional-democrática (1959-1964)**. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrU3ZSXFryTlZY21RZzA/edit?pli=1> Acesso em: 2 ago. 2013.

DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico**. GREMIMT - TEXTOS PARA DISCUSSÃO. Disponível em: <<http://theotoniodossantos.blogspot.com.br/2009/06/textos-do-prof-theotnio-dos-santos.html>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. História de uma categoria. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. 225f

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012. 270 p.

_____. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos** n. 12, abr./jun. 1977. Disponível em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. Livro primeiro, v. I, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.